



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Antonio Teixeira de Barros
Cristiane Brum Bernardes
Malena Rehbein Rodrigues
Rildo Cosson

**Política e Internet: estratégias das instituições políticas na
democracia digital**

Brasília-DF

2015

SUMÁRIO

1. Identificação do Projeto	3
2. APRESENTAÇÃO	4
3 PROBLEMA DE PESQUISA	4
4 OBJETIVOS	8
4.1 Objetivos gerais.....	8
4.2 Objetivos específicos	8
5 JUSTIFICATIVAS	9
7 METODOLOGIA	13
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	17

RESUMO:

O projeto tem como objetivo estudar os principais mecanismos digitais direcionados a aproximar as instituições políticas dos cidadãos e da sociedade civil. Isso implica verificar em que medida as atividades de contato e debate desenvolvidas na internet constituem um instrumento efetivo para a interação, visibilidade e transparência das instituições políticas, parlamentares, elites políticas e organizações da sociedade civil. De maneira geral, as essas atividades estão incluídas dentro dos estudos de participação política. A execução da pesquisa se dará em várias etapas, combinando análises exploratórias, pesquisa bibliográfica e documental, além de estudos de casos descritivos e analíticos.

Palavras-chave: Democracia digital. Internet e Política. Democracia e cidadania. Participação Política.

1. Identificação do Projeto

1.1 Título: Política e Internet: estratégias das instituições políticas na democracia digital

1.2 Linha de Pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo

1.3 Equipe de pesquisa:

Coordenadora: Cristiane Brum Bernardes

E-mail: cris.brum@gmail.com

Instituição/Local de trabalho: Câmara dos Deputados - CEFOR

Ponto: 6875

Endereço do trabalho: CEFOR, sala 6

Ramal: 67680

Celular: 81751373

Endereço residencial: SQN 407, Bloco O, apto 305. Asa Norte, Brasília/DF. 70855-150

Telefone residencial: 35367076

Link para acesso ao lattes: <http://lattes.cnpq.br/6551236530955522>

Pesquisadores:

Antonio Teixeira de Barros

E-mail: antonibarrosgmail.com

Instituição/Local de trabalho: COREP/SECOM

Ponto: 6869

Endereço do trabalho: CEFOR, sala 6

Ramal: 67680

Celular: 81320330

Endereço residencial: SQS 110, Bloco A, 602

Telefone residencial: 3335-0229

Link para acesso ao lattes: <http://lattes.cnpq.br/9954464327884265>

Malena Rehbein Rodrigues

E-mail: malena.rehbein@gmail.com

Instituição/Local de trabalho: CEFOR - Câmara dos Deputados
Ponto: 6.309
Endereço do trabalho: CEFOR, sala 6,
Ramal:67681
Celular:8124-9748
Endereço residencial: SQSW 305, bl G, apt, 516, Sudoeste – 70673-427, Brasília - DF
Telefone residencial:3233-3405
Link para acesso ao lattes: <http://lattes.cnpq.br/1405606550131201>

1.5 Período de Execução: 15/05/2015 a 15/05/2018 (03 anos)

1.6 Instituição do Proponente: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor-CD)

2. APRESENTAÇÃO

O uso da internet entre os atores políticos é uma realidade em ascensão na maioria dos países, tanto entre as instituições legislativas e os representantes políticos e dos governos interessados em maior contato com os cidadãos, quanto entre as organizações da sociedade civil interessadas em influenciar o processo político. Em decorrência da natureza informacional e dialógica da atividade política, a internet passou a ser um mecanismo de grande relevância, inclusive do ponto de vista da agenda parlamentar e partidária, de estratégias de conexão eleitoral, de aprimoramento da confiança nas instituições políticas e, por consequência, da própria qualidade da democracia.

Neste novo cenário, o uso das ferramentas digitais multiplica-se e passa a requerer maior dinamismo da parte dos atores políticos, especialmente aqueles que atuam diretamente nas redes de interlocução política, como é o caso dos representantes eleitos no plano federal, dos dirigentes e militantes das legendas partidárias e dos participantes de movimentos sociais. Isso justifica o exame mais detalhado sobre as lógicas de usabilidade desses recursos pelas instituições políticas, pelos parlamentares e membros dos poderes instituídos, atores por excelência da representação política; e pelos militantes políticos, tanto partidários quanto sociais.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

A visibilidade é da natureza da política (THOMPSON, 1995). Por essa razão, o campo político sempre apresentou interfaces com o campo midiático. No caso da internet, o principal diferencial está na dispensa do uso de intermediários e de filtros de veículos tradicionais como o

rádio, o jornal e a TV. Na esfera política parlamentar, por exemplo, marcada pelo debate, formulação e aprovação de políticas públicas, os efeitos das internet são crescentes.

Com o avanço das tecnologias midiáticas, a política passou a ser um fenômeno de penetração difusa nas diversas esferas da sociedade, ou seja, consegue atingir o cidadão mesmo fora do âmbito político no sentido estrito, pois a mídia contribui para a inserção ampliada dos temas políticos nas relações sociais. Seu elevado potencial de sedução, calcado na lógica do poder simbólico (BOURDIEU, 1989), em muito contribui(u) para a reconfiguração dos fluxos e circuitos de informação nas sociedades metropolitanas.

A esfera da visibilidade pública¹ e suas consequências nas dinâmicas sociais de discutibilidade coletiva (GOMES, 2011) reforçam o poder simbólico da mediatização da política. Além disso, grande parte do conhecimento e da experiência dos públicos no que se refere a assuntos de relevância social, política, econômica e cultural passa necessariamente pelo enquadramento dos *media*, que se tornaram fonte primordial de informação. “Os media traduzem e formam as percepções que as pessoas não experimentam diretamente” (SCHMIDT, 2003, p.69). Trata-se da gramática da esfera da visibilidade mediática.

Essa abordagem coaduna-se com um dos pressupostos de Manin (1995; 2013), ao propor o conceito de *audience democracy* ou *democracia do público*. Para o autor, com o avanço da mediatização e suas interferências nos jogos de composição política, a *democracia de audiência* enfraqueceu a hegemonia dos partidos, reforçando o voto personalista (já que abre-se a possibilidade de comunicação direta com o público), além de reduzir a importância do parlamento como órgão de mediação política e fórum de debates. Os *media* passam a assumir cada vez mais esse papel. E “o eleitorado se apresenta, antes de tudo, como um público que reage aos termos propostos no palco da política” (MANIN, 1997, p. 29).

Em decorrência disso, as instituições políticas e os próprios atores políticos passaram a recorrer aos mecanismos mediáticos, tanto para as campanhas eleitorais como para manter o vínculo eleitoral e prestar contas aos eleitores. Os eleitores seriam expostos a opiniões conflitantes por fontes de mídia, de maneira que o debate se expressaria por meio do próprio povo. Em consequência, surge um novo protagonista no governo representativo, o eleitor flutuante, e um novo fórum, os meios de comunicação de massa (MANIN, 1997, p. 33). Castells (2000) identifica esse movimento como uma transição de uma esfera pública política até então ancorada nas instituições políticas para um novo modelo que se organiza em torno do poder simbólico dos sistemas e redes articulados pelos *media*.

¹ A discussão faz parte da crítica ao conceito de esfera pública, na qual são consideradas duas dimensões analiticamente estruturantes (a *visibilidade* e a *discutibilidade*). A primeira se refere ao poder dos *media* de conferir publicidade a certos temas, enquanto a segunda diz respeito à troca de razões públicas, ou seja, ao debate coletivo, à discussão desencadeada pela publicidade (Lycarião, 2010).

Esse movimento, segundo a análise mais recente de Bernard Manin (2013), resulta em várias consequências para a análise política e sua inserção no contexto da *audience democracy*. De forma sucinta, podemos resumir essas consequências em quatro fatores, a partir das observações do autor: (a) declínio do vínculo partidário autodeclarado; (b) erosão da fidelidade partidária; (c) redução da participação política vinculada a atividades partidárias em contraposição ao aumento do engajamento por vias não institucionais; (c) crescente enfraquecimento da identificação partidária e emergência dos “eleitores flutuantes”, que a cada eleição votam em um partido diferente.

Na mesma linha de pensamento, Urbinati (2013a; 2013b) reitera que as redefinições e crises do sistema político partidário surgem em decorrência da consolidação da *democracia do público* e do *plebiscito da audiência*. Além dos *media* convencionais, a autora destaca o papel da internet nesse processo, tornando-se um “suporte sem precedentes para a democracia de audiência” (2013a, p.10), o que reforça a lógica da *democracia plebiscitária*:

O novo plebiscitarismo é o da *audience*, o aglomerado indistinto de indivíduos que compõe o público, um ator não coletivo que vive no espaço privado da domesticidade e, quando é agente sondado de opinião, atua como receptor ou espectador de um espetáculo encenado por técnicos de comunicação midiática e recitado por personagens políticos” (URBINATI, 2013b, p.86).

Apesar disso, os dois autores citados são enfáticos ao afirmar que os partidos continuam a exercer funções relevantes nos regimes democráticos. Tal concepção é resumida da seguinte forma:

Mas a erosão das fidelidades partidárias duradouras não implica a obsolescência dos partidos políticos. Como observação preliminar, devemos notar um fato bastante óbvio, mas importante. Os fiéis a um partido não estão à beira da extinção. Eles podem ser menores em número do que eram no passado, mas ainda formam uma massa significativa que deve ser levada em consideração. Além disso, um exame mais detido revela duas áreas em que os partidos não perderam força e continuam a ser atores centrais: política parlamentar e campanhas eleitorais (MANIN, 2013, p.117).

A tendência dominante em ambos os casos (política parlamentar e campanhas eleitorais) é de reforço nos instrumentos e suportes eletrônicos típicos da *democracia do público*. A internet, portanto, constitui uma ferramenta indispensável para a atuação dos parlamentares e dos militantes partidários e dos movimentos sociais. A internet renovou o campo político, com um novo tipo de copresença, por meio da atuação online dos atores. Ressalta-se nesse aspecto, a capacidade de agência do usuário de internet, com sua múltipla atuação (espectador, ator e operador).

No regime de visibilidade da *democracia de público*, a política informacional (CASTELLS, 2003) torna-se cada vez mais imperativa. Afinal, a geração, o processamento e a transmissão de informações e imagens tornaram-se as fontes fundamentais de produtividade de

poder. Por isso, os agentes políticos tendem cada vez mais a recorrer a estratégias de sedução política pela internet. Os suportes digitais utilizados pelos atores políticos devem ser analisados à luz das transformações políticas mais amplas apontadas por Urbinati (2013a).

A *accountability* é uma das funções estratégicas da comunicação política digital (KARLSSON, 2013), ao lado das sondagens de opinião dos eleitores (*inquiry*) e do contato político (*connectivity*). Isso significa que as mídias digitais, incluindo as redes sociais online, são usadas principalmente para prover informações políticas; para sondar e auscultar as tendências de opinião do eleitorado; e para manter contato e fortalecer o vínculo eleitoral. Em suma, os atores políticos usam a internet, segundo a lógica de informação segmentada (WOLTON, 2006) e de *mídias táticas*, ou seja, meios alternativos aos veículos convencionais, capazes de produzir agendamentos e enquadramentos diferenciados (JURIS, 2005).

Percebe-se que os benefícios das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para os agentes políticos são inegáveis, conforme estudos de Leston-Bandeira (2007), Braga (2008) e Faria (2012), entre outros. A internet traz novas ferramentas de comunicação multilateral, novos meios de disseminação de informações e oportunidade de incremento na gestão das informações (LESTON-BANDEIRA, 2007, p.657). Além disso, as ferramentas digitais podem auxiliar e permitir a participação qualificada da esfera civil no processo de discussão e elaboração das leis (FARIA, 2012). Margetts et al. (2012) destacam também as vantagens dos meios digitais para mobilização política e compartilhamento de informações, na mesma linha argumentativa dos autores mencionados.

Apesar das promessas e da esperança de atores políticos e sociais, contudo, algumas pesquisas revelam que o potencial da internet para democratização dos processos políticos ainda está por se realizar. Stanley e Weare (2004) citam vários estudos que mostram que o uso predominante das TICs na primeira década do século XXI foi feito por indivíduos e organizações que já participavam do processo político antes da internet. Isto é, a tão propalada diversidade de vozes não se confirmou nos veículos digitais, assim como é uma realidade ainda distante da mídia convencional, pelo menos no Brasil². Entretanto, como afiança a própria pesquisa de Stanley e Weare, a internet pode, em certos contextos, expandir o alcance de vozes no processo e mobilizar alguns indivíduos inativos politicamente a participarem (2004, p.505).

O que as análises mostram é que a utilização da internet transformou os regimes de ação política de vários atores, como já havia sido identificado em relação aos meios de comunicação massivos no século XX. Entretanto, como ressaltam Stanley e Weare (2004), a tecnologia, por si só, não é capaz de alterar completamente o panorama das lutas concorrenciais pelo poder entre

² Estudos recentes comprovaram que a mídia brasileira, seja comercial ou de caráter estatal, não promove a diversidade de fontes na cobertura política. Para mais detalhes, ver Rodrigues, 2011; Bernardes, 2011.

os atores políticos. Para isso, é preciso que as práticas e a própria cultura política se modifiquem, a partir das facilidades geradas pela internet.

Neste contexto, esboçamos algumas perguntas que devem nortear a reflexão proposta para esta pesquisa: 1) Como a internet tem sido usada pelos atores políticos e instituições? 2) Quais são os recursos de comunicação digital disponíveis aos parlamentares, partidos e líderes dos movimentos sociais? 3) Como os cidadãos estão se apropriando desses novos canais de comunicação política com vistas a ampliar suas estratégias de participação nas instituições? 4) E, por fim, o uso dessas novas ferramentas traz que tipo de mudanças ao panorama político?

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivos gerais

- Investigar o processo de constituição das estratégias comunicativas voltadas para estimular a participação social, a transparência política e a interação das instituições políticas com sociedade civil.
- Analisar a articulação política dessas atividades e sua relação com a democracia, cujo foco é o fomento à participação democrática e a promoção de práticas cidadãs;
- Analisar e classificar as ações de educação para a democracia oferecidas pelas casas legislativas por meio de seus portais eletrônicos.

4.2 Objetivos específicos

- Estudar os principais mecanismos digitais direcionados a aproximar as instituições políticas dos cidadãos e da sociedade civil;
- Verificar em que medida as atividades de contato e debate desenvolvidas na internet constituem, e em que grau, um instrumento efetivo de formação e um canal de diálogo com a população e de aproximação da sociedade com as instituições e atores políticos.
- Avaliar instrumentos digitais desenvolvidos para a interação, visibilidade e transparência das instituições políticas, parlamentares, elites políticas e organizações da sociedade civil.
- Identificar as ações de educação para a democracia oferecidas pelas casas legislativas por meio de seus portais eletrônicos;
- Elaborar classificações ou categorias para essas ações;
- Analisar essas ações enquanto propostas de educação para democracia referendadas pelo Poder Legislativo.

5 JUSTIFICATIVAS

A internet consolida-se cada vez mais no cenário político como importante ferramenta de informação e de interação entre os cidadãos, as instituições e demais atores políticos. Trata-se de uma espécie de espinha dorsal das sociedades contemporâneas (CASTELLS, 2003). Confirma-se, assim, o princípio da produção social da tecnologia, segundo o qual as novas formas de mediação técnica nascem das necessidades da sociedade e nela se aplicam, conforme suas demandas e prioridades. Afinal de contas, as novas mídias tornaram-se indispensáveis até para o exercício de atividades do cotidiano, quanto mais para o aprendizado político, as práticas difusas de cidadania e os regimes de engajamento cívico.

A comunicação mediada pelos mecanismos oferecidos pela internet é um emblema inequívoco dessa visão. Além da vida social em sua dimensão mais ampla, os dispositivos de informação sobre a política adquiriram relevância irrefutável. Isso inclui as campanhas eleitorais que antecedem o próprio ato de votar e, principalmente, o acompanhamento do mandato dos representantes eleitos, a transparência na prestação de contas dos recursos públicos aplicados e as demais medidas administrativas de responsabilidade dos governantes e das instituições públicas.

Conforme dados do IBOPE Nielsen Online (2012), o acesso da população brasileira à internet cresceu em 16% nos três primeiros trimestres de 2012, incluindo conexão residencial e laboral, com 83,4 milhões de usuários. Com tal expansão, o cidadão interessado pode acompanhar de sua residência, do trabalho ou até de uma *lan house*, as atividades das prefeituras, câmaras municipais de vereadores, assembleias legislativas e, no plano federal, das instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A transparência tornou-se aliada do combate à corrupção, um instrumento de estímulo à prestação permanente de contas sobre os gastos públicos, além do acompanhamento dos serviços públicos prestados à população.

Neste novo cenário, o uso das ferramentas digitais multiplica-se e requer maior dinamismo da parte dos atores políticos, especialmente aqueles que atuam diretamente nas redes de interlocução política de forma multifuncional, como é o caso dos representantes eleitos no plano federal ou de atores sociais que pretendem influenciar o processo político de alguma forma. Isso justifica o exame mais detalhado sobre as lógicas de usabilidade desses recursos pelos próprios parlamentares, atores por excelência da representação política, e pelos atores políticos da sociedade, tais como cidadãos e representantes de movimentos sociais.

Visibilidade, audibilidade e discutibilidade são elementos básicos das trocas de argumentos racionais na esfera pública, como defendem Hannah Arendt (1983) e Jürgen

Habermas (1995). É consensual a ideia de que a internet amplia as possibilidades da democracia dialógica (GIDDENS, 1996) e da mediatização da política (MCNAIR, 2000; FALLOWS, 1996; NEGRINE, 1996; AXFORD, 2001; GOMES, 2004; BRAGA, 2006). Temos não apenas ferramentas materiais (as máquinas), mas também a modelagem de sistemas de pensamento e de comportamento social e político. O modelo de copresença que dominava a ação política no passado (THOMPSON, 1995) assumiu a configuração das interconexões recíprocas, com seu potencial de “reduplicabilidade digital”. Trata-se de um cenário de agendas midiaticamente partilhadas e fortalecidas pela fluência dialógica e pelas redes de interlocução (ZAGO, 2012).

Se a TV é apontada como responsável pela fragilização das malhas do engajamento cívico, em decorrência do enfraquecimento do capital social³ (PUTNAM, 1973; NORRIS, 1996; GOMES, 2008), a internet destaca-se pelo seu potencial como ativo simbólico na construção de redes de confiança, cooperação e compartilhamento virtual (MATOS, 2008).

Neste contexto relacional inserem-se também as estratégias políticas, que visam, entre outras coisas, melhor e maior conexão entre representantes e eleitores, bem como uma ampliação da sua confiança nas instituições, com vistas a superar lacunas de *accountability* dos sistemas políticos contemporâneos.

6 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: USO DA INTERNET E CONSEQUÊNCIAS PARA A PRÁTICA POLÍTICA

O tema da confiança dos cidadãos nas instituições sociais e políticas e da legitimidade dos regimes políticos é um dos assuntos mais debatidos nas Ciências Sociais, já há algum tempo. A discussão está conectada à ideia de que a confiança da população nas instituições de seus países ou comunidades é um aspecto essencial para a legitimidade do regime político e, portanto, para a estabilidade do sistema social. De maneira geral, podemos dizer que quanto mais confiança nas instituições, maiores as chances de desenvolvimento de um regime democrático satisfatório para a população (DAHL, 1989B; NORRIS, 1999; LIJPHART, 2001; TILLY, 2008).

Por outro lado, já se tornou comum o diagnóstico de vários autores (PORTO, 1996; BOSCHI, 2004; STOKER, 2006 DALTON, 2007; MOISÉS, 2009) sobre a crise de descrédito por que passam as instituições políticas contemporâneas. Pesquisas recentes revelam que o nível de confiança da população nas instituições políticas nunca foi tão baixo, especialmente em

³ Para o cientista político Robert David Putnam (1973), o conceito de capital social abrange o estudo das práticas sociais, normas e relações de confiança e de reciprocidade que se estabelecem entre indivíduos e grupos, construindo uma malha de interações sociais. Essa coesão social funciona como amálgama para fortalecer a democracia e estimular a participação política e a cooperação cívica. Pierre Bourdieu (1989; 1998; 2007), em várias de suas obras, também refere-se ao capital social como uma das configurações assumidas pelo poder simbólico no âmbito das trocas e interações que operam em prol da distinção social. No Brasil, vários autores se dedicam à hermenêutica e aplicações do conceito e suas relações com o campo midiático, tais como Gomes (2008) e Matos (2008).

relação às Casas Legislativas (LESTON-BANDEIRA, 2012). Essa desconfiança nos políticos, o ceticismo em relação a instituições democráticas e a desilusão com o processo democrático chegam a ser colocadas por Dalton (2007) e Stoker (2006) como o grande desafio das democracias contemporâneas, já que é comum a todas as democracias industriais avançadas. A democracia, segundo Dalton, parece estar perdendo legitimidade em razão disso. Para esses autores há várias razões que atuam em conjunto para construir esse contexto, como a história de escândalos políticos, informações distorcidas, instâncias políticas disfuncionais. Stoker também chama atenção para o próprio processo democrático levar naturalmente a um descontentamento, por envolver sempre difíceis processos de tomada de decisão e de comunicação, bem como compromissos inevitáveis em que um lado tem de se adequar a outro.

No cenário brasileiro, as análises seguem a mesma linha de raciocínio. Gomes (2005) destaca que as características de uma democracia ideal não são percebidas nos atuais regimes. Os estudos, segundo ele, citam apatia, ausência de efetividade da cidadania nos negócios públicos, desinteresse público pela vida política, informação distorcida ou dependente dos meios de comunicação massivos, desconfiança generalizada (2005, p.59), entre outros fatores, como sintomas dessa crise. Boschi (2004, p. 3) vai além e explica que a crise se deve à ausência de resultados substantivos das instituições políticas que correspondam às expectativas dos cidadãos em relação a mudanças, revelando um descompasso muito grande entre o que chama de democracia formal e substantiva no Brasil e na América Latina em geral, com implicações sobre a qualidade da democracia. Fung e Cohen (2007) dão a esses fatores o nome de déficits democráticos, ao avaliar que o sistema representativo carece desde sempre de problemas de responsabilização (ligada a formas insatisfatórias de *accountability*), igualdade de todos nos processos de tomada de decisão coletiva e falta de autonomia política do cidadão, que poderiam ser minimizados de forma estratégica. Norris (2011) também fala de déficit democrático, mas com outra conceituação, como a diferença entre demandas e satisfação com as respostas a essas demandas.

A solução, para muitos analistas e políticos – geralmente conectados às teorias de democracia deliberativa e participativa – seria maior participação política e o incremento da atuação da sociedade civil nos negócios públicos. Mais contato do Estado com a sociedade parece ser o desejo comum de atores políticos e sociais para resolução dos conflitos percebidos.

De qualquer maneira, um componente importante seja para garantir aspirações democráticas ou para amenização de déficits de *accountability* e responsabilização, para muitos analistas e políticos, incluindo Norris e Fung, seria maior participação política e o incremento da

atuação da sociedade civil nos negócios públicos. Mais contato do Estado com a sociedade parece ser o desejo comum de atores políticos e sociais para amenizar os conflitos percebidos.

Em relação aos meios digitais, especificamente, Gomes lembra que houve, especialmente no final do século passado, uma “sincera esperança de uma renovação, induzida pela internet, da esfera pública e da democracia participativa” (2005, p.63). Especialmente porque a internet torna possíveis e mais fáceis diferentes formas de ação política – contato e pressão sobre os representantes eleitos ou engajamento e participação em discussões sobre questões públicas, por exemplo – e possibilita a comunicação direta da esfera política com a esfera civil, sem a intermediação do jornalismo e da imprensa (GOMES, 2005, p.64). Em outras palavras, a internet seria uma ferramenta de reconstrução de vínculos políticos entre atores sociais, pois permite o desenvolvimento do capital social⁴ e das redes de compartilhamento cultural nas sociedades contemporâneas.

Entre as vantagens da internet e das ferramentas digitais para os regimes democráticos estão: superação dos limites de tempo e espaço para a participação política; extensão e qualidade do estoque de informações online; comodidade, conforto, conveniência e custo menor para engajamento na ação política; facilidade e extensão do acesso às informações públicas, com maior abertura e transparência; livre fluxo de informações sem filtros ou controles; possibilidade de interatividade e interação; oportunidades para vozes minoritárias ou excluídas (GOMES, 2005, p.66-69). O autor afirma que os três principais propósitos das iniciativas digitais, em relação ao campo político, seriam: 1) fortalecimento da capacidade concorrencial da cidadania, com o aumento da transparência do Estado e formas de responsabilização de agentes políticos e maior participação e influência civis; 2) consolidação da sociedade de direitos, ou uma comunidade política organizada como Estado de Direito; 3) ampliação da diversidade de agentes, agências e agendas na esfera pública, com obtenção do pluralismo político (GOMES, 2011, p.29-30).

A internet traz novas possibilidades de comunicação multilateral, novos meios de disseminação de informações e oportunidade de incremento na gestão das informações (LESTON-BANDEIRA, 2007, p.657). Além disso, as ferramentas digitais podem auxiliar e permitir a participação qualificada da sociedade civil no processo de discussão e elaboração das leis (FARIA, 2012). Gomes também enfatiza as críticas feitas por muitos estudos ao uso que ainda é feito da internet. Desqualificação da informação política, com falta de seleção, credibilidade, relevância e confiabilidade é um ponto importante para aquilo que circula na rede, muitas vezes anonimamente (2005, p.70). Além disso, na maior parte das vezes, o Estado é o

⁴ Entendemos aqui capital social, segundo o conceito de Putnam (2000), como a realização de atividades deliberativas e de colaboração coletiva de forma horizontal, como associações e cooperativas, que geram confiança interpessoal.

principal difusor de informações, que carecem, assim, de um viés crítico. A desigualdade de acesso e a questão da inclusão digital são pontos essenciais na discussão feita no Brasil, mas não restritas aos países em desenvolvimento. O foco aqui é a desconfiança de que a rede não seja capaz de aumentar a isonomia política entre os atores, tanto em relação às oportunidades de ingresso no debate como em relação às competências técnicas e educacionais necessárias para isso (GOMES, 2005, p.71-72).

O interesse político nas mudanças que podem advir da rede, o predomínio da lógica dos meios de comunicação de massa na internet, as questões relativas ao controle e à liberdade de postagens e a real disposição do sistema político em se abrir às intervenções da sociedade são outros elementos que complicam a equação de uso das TICs (GOMES, 2005, p.72-75). Assim como o predomínio da participação de atores que já acumularam capital político em processos tradicionais de participação (STANLEY E WEARE, 2004, p.505). Como ressaltam Dai e Norton (2007), vários estudos mostram que a distância entre os que participam e os que não participam se intensificou com o uso das ferramentas de comunicação e informação digitais.

Pipa Norris, por exemplo, observa no início do século XXI as dificuldades de expansão do potencial democratizante da internet, ao concluir que o veículo digital reforçava os padrões de participação dos atores políticos já consolidados, sem necessariamente ampliar a participação de novos grupos (NORRIS, 2001, p.236). Segundo a autora, as instituições políticas faziam um uso tradicional e pouco inovador da internet, sem terem modificado a natureza das comunicações que estabelecem com o público, apesar da mudança de canal; e a internet acabava reforçando o ativismo dos já participativos, por ter dificuldade de mobilizar os desengajados. Contudo, Norris ressaltava, já naquela época, que a internet poderia mudar o panorama político ao alterar o equilíbrio de recursos entre as instituições políticas e ao reduzir os custos da coleta de informações e comunicação de mensagens (NORRIS, 2001, p.238).

O que as análises mostram é que a utilização da internet transformou os modos de ação política de vários atores, como já havia sido identificado em relação aos meios de comunicação massivos no século XX. Entretanto, a tecnologia, por si só, não é capaz de alterar completamente o panorama das lutas concorrenciais pelo poder entre os atores políticos. Para isso, é preciso que as práticas e a própria cultura política se modifiquem, a partir das facilidades geradas pela internet.

7 METODOLOGIA

7.1 Universo da pesquisa

O universo da pesquisa compreende os mecanismos digitais de relacionamento direto e indireto das instituições políticas com a sociedade brasileira, o que inclui os instrumentos utilizados pelos Três Poderes, por partidos políticos e por organizações da sociedade civil interessadas em influenciar as decisões políticas.

Estão incluídas, deste modo, ferramentas digitais de contato e engajamento desenvolvidas por instituições políticas e sociais, tais como perfis em redes sociais, websites, blogs e outros canais de comunicação digital e debate.

7.2 Procedimentos

A execução da pesquisa se dará em várias etapas, cuja lógica é do geral para o particular, de forma encadeada. A primeira consiste em pesquisa exploratória, um dos primeiros estágios de uma pesquisa científica. Nesta etapa o grupo fará a caracterização do estudo, a classificação das técnicas e a definição do desenho de pesquisa e das problemáticas subjacentes. A segunda fase combinará pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, dois procedimentos, que perpassam todo o estudo, os quais serão combinados para a fase de coleta de material específico sobre a atuação dos atores políticos na internet, além de fornecer subsídios para o tratamento analítico nas etapas posteriores.

A terceira fase consistirá na realização de estudos de casos sobre situações específicas em que as ferramentas digitais de informação e interação são utilizadas por instituições políticas, parlamentares e organizações da sociedade civil. Tais estudos de casos serão de natureza qualitativa, cujo suporte metodológico serão técnicas largamente utilizadas nas ciências sociais, como análise de conteúdo, análise de discurso, questionários e entrevistas.

Nos casos em que o grupo achar necessário será ainda realizado levantamento quantitativo para mensurar algumas especificidades de uso.

8 Plano de Trabalho e cronograma de execução

8.1 Plano Coletivo

ATIVIDADES	PERÍODO
Revisão da literatura pertinente ao objeto de estudo	Maio de 2015 a dezembro 2017
Discussão teórica sobre a bibliografia selecionada	Maio de 2015 a dezembro 2017
Pesquisa documental	Julho a dezembro de 2015

Análise de conteúdo	Janeiro a dezembro de 2016
Entrevistas e questionários	Janeiro a dezembro de 2016
Análise de discurso	Janeiro a dezembro de 2016
Estudos de casos	Agosto de 2016 a dezembro de 2016
Recomendações, sugestões e proposições	Janeiro a abril de 2018
Divulgação dos resultados obtidos – artigos e participação em congressos	As comunicações para congressos e textos para periódicos serão produzidos e apresentados ao longo de todo o período da pesquisa.
Relatório Final	Janeiro a abril de 2018

8.2 Planos de trabalho individuais de cada integrante do GPE

Plano de Trabalho Individual – Cristiane Brum Bernardes

ATIVIDADES	PERÍODO
Coordenação da Revisão da literatura pertinente ao objeto de estudo	Maio de 2015 a dezembro 2017
Coordenação das reuniões para discussão teórica sobre a bibliografia selecionada	Maio de 2015 a dezembro 2017
Coordenação das atividades relacionadas à pesquisa documental	Julho a dezembro de 2015
Definição dos parâmetros para a análise de conteúdo	Janeiro a dezembro de 2016
Coordenação das tarefas relativas às entrevistas e questionários	Janeiro a dezembro de 2016
Definição dos critérios analíticos para a análise de discurso	Janeiro a dezembro de 2016
Coordenação das equipes para a realização dos estudos de casos descritivos e analíticos	Agosto de 2016 a dezembro de 2016
Supervisão das recomendações, sugestões e proposições	
Supervisão da divulgação dos resultados obtidos – artigos e participação em congressos	As comunicações para congressos e textos para periódicos serão produzidos e apresentados ao longo de todo o período da pesquisa.

Supervisão do Relatório Final	Janeiro a abril de 2015
-------------------------------	-------------------------

Plano de Trabalho Individual – Antonio Teixeira de Barros

ATIVIDADES	PERÍODO
Revisão bibliográfica sobre e-participação e democracia digital	Maio de 2015 a dezembro de 2017
Apresentação de relatórios ao grupo sobre a revisão bibliográfica	Um relatório parcial ao final de cada semestre
Pesquisa documental sobre a formalização e institucionalização dos canais de interatividade da Câmara	Julho a dezembro de 2015
Colaboração na análise de conteúdo dos documentos e relatórios institucionais	Janeiro a dezembro de 2015
Colaboração nas entrevistas e questionários	Janeiro a dezembro de 2015
Colaboração nos estudos baseados em análise de discurso	Janeiro a dezembro de 2016
Colaboração nos estudos de casos descritivos e analíticos	Agosto de 2016 a dezembro de 2016
Colaboração nas recomendações, sugestões e proposições	Janeiro a abril de 2018
Colaboração Divulgação dos resultados obtidos – artigos e participação em congressos nas áreas de Ciência Política e Comunicação e Política	As comunicações para congressos e textos para periódicos serão produzidos e apresentados ao longo de todo o período da pesquisa.
Colaboração na redação e revisão do Relatório Final	Janeiro a abril de 2018

Plano de Trabalho Individual - Malena Rehbein Rodrigues

ATIVIDADES	PERÍODO
Revisão bibliográfica sobre e-participação e democracia digital	Maio de 2015 a dezembro de 2017
Apresentação de relatórios ao grupo sobre a revisão bibliográfica	Um relatório parcial ao final de cada semestre
Pesquisa documental sobre a formalização e institucionalização dos canais de interatividade da Câmara	Julho a dezembro de 2015

Colaboração na análise de conteúdo dos documentos e relatórios institucionais	Janeiro a dezembro de 2015
Colaboração nas entrevistas e questionários	Janeiro a dezembro de 2015
Colaboração nos estudos baseados em análise de discurso	Janeiro a dezembro de 2016
Colaboração nos estudos de casos descritivos e analíticos	Agosto de 2016 a dezembro de 2016
Colaboração nas recomendações, sugestões e proposições	Janeiro a abril de 2018
Colaboração Divulgação dos resultados obtidos – artigos e participação em congressos nas áreas de Ciência Política e Comunicação e Política	As comunicações para congressos e textos para periódicos serão produzidos e apresentados ao longo de todo o período da pesquisa.
Colaboração na redação e revisão do Relatório Final	Janeiro a abril de 2018

Plano de Trabalho individual – Rildo Cosson

ATIVIDADES	DETALHAMENTO	PERÍODO
Revisão da Literatura	Seleção e análise de textos que possibilitem suporte teórico-metodológico.	novembro de 2015 a junho de 2016
Discussão teórica sobre a bibliografia selecionada	Participação nos debates com os demais integrantes do grupo de pesquisa, à luz das leituras realizadas.	agosto de 2016 a novembro de 2017
Coleta dos dados	Levantamento dos dados referentes às ações de letramento político presentes nos portais eletrônicos de casas legislativas em países da África, América, Oceania, Europa e Ásia.	julho de 2016 e janeiro de 2017
Análise dos dados	Análise e classificação das informações elaborada a partir da revisão da literatura.	setembro de 2016 a março de 2018
Divulgação dos resultados obtidos	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação de resultados em revistas da área; • Participação com apresentação de estudos em congresso e/ou seminário da área; • Participação nos encontros e eventos científicos. 	os resultados serão divulgados ao longo de todo o período da pesquisa.
Relatório Final	Colaboração na elaboração do relatório final da pesquisa	janeiro a abril de 2018

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, H. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BAQUERO, M. *Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil*. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 83-108, Nov. 2003.

BARBER, B. R.. *Strong Democracy* – Participatory politics for a new age. Los Angeles: University of California Press, 2003.

BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B. Public communications and freedom of information: Basic conditions for the Brazilian legislative media. *Journal of Latin American Communication Research*, v. 1, p. 1-19, 2011.

BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B. ; LEMOS, C. R. F. As mídias legislativas e a redefinição da noticiabilidade política no Brasil. *Em Questão* (UFRGS. Impresso), v. 14, p. 11-23, 2008.

BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

BERNARDES, C. B. As Fontes de Informação nas Mídias Legislativas: oficialismo e diversidade na produção noticiosa sobre a Câmara dos Deputados. *Brazilian Journalism Research* (Impresso), v. 7, p. 32-49, 2011.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Responsabilidade Social. Educação Legislativa e Estágios. *Estágio-Visita de Curta Duração*. Disponível em:
<<http://www2.camara.gov.br/responsabilidade-social/edulegislativa/estagios/estagio-visita>>
Acesso em: 10 jan. 2010.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*. Para uma teoria geral da política. 12ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. Tradução de Marco Aurélio Nogueira.

BOURDIEU, P. *Razões práticas*. 2 ed. São Paulo: Papirus, 1997.

————— A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1990.

BRAGA, U. de S. A mídia, a política e o Brasil. *Achegas.net – Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, n. 6, abr/2003. Disponível em: < <http://www.achegas.net/numero/seis/bira.htm> >. Acesso em: 25 ago. 2006.

COLEMAN, S. Connecting parliament to the public via the internet: two case studies of online consultations. *Information, Communication and Society*, 2004.

CUNNINGHAM, Frank. *Teorias da Democracia*. Uma introdução crítica. Porto Alegre/RS: Artmed, 2009.

CASTELLS, M. *A galáxia da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DAHL, R. *Democracy and its critics*. New Haven: Yale University, 1989.

DAI, X.;NORTON, P. Parliamentary Democracy Online: Lessons from Europe.*The Journal of Legislative Studies*, 13:3, 2007, P.477-482.

FARIA, Cristiano Ferri Soares de. *O parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis?* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

FUNG, A; COHEN, J. Democracia radical. In *Política e Sociedade*, N.o. 11, pp. 221-237, outubro de 2007.

FRICK. M. M. Parlamentos en la era digital: explorando América Latina. Junho de 2004. Disponível em: http://www.edemocracycentre.ch/files/parlamentos_en_la_era_digital.pdf. Consultado em 6 de abril de 2014.

GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre/RS: Sulina, 2011.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista Famecos*, n.27, Agosto 2005. P.58-78.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989b.

_____. O conceito de Poder em Hannah Arendt. In: FREITAG, B.; ROUANET, S. P. (Org.). *Habermas (Sociologia)*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.

_____. *Teoría de la acción comunicativa: Complementos y estudios previos*. Madri: Catedra, 1994.

HINDMAN, M. *The Myth of Digital Democracy*. Princeton/ New Jersey: Princeton University Press, 2009.

JENSEN, K. B.; JANKOWSKI, N. W. (Org). *Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch Comunicación, 1993.

JOSHI, D.; ROSENFELD, E. MP Transparency, Communication Links and Social Media: a comparative assessment of 184 Parliamentary Websites. *The Journal of Legislative Studies*, v.19, nº4, p.526-545.

LESTON-BANDEIRA, C. The impact of the internet on parliaments: a Legislative Studies framework. *Parliamentary Affairs*, v.60, n.4, 2007, p.655-674.

_____, C. Studying the relationship between Parliament and citizens. *The Journal of Legislative Studies*, v.18, n.3-4, Sep-Dec. 2012, p.265-274.

LEVINE, D. H.; MOLINA, J. E.. _____ Evaluating the Quality of Democracy in Latin America. In LEVINE, D. H.; MOLINA, J. E (Orgs), *The Quality of Democracy in Latin America*. Lynno Rienner Publishers, 2009.

_____. Measuring the Quality of Democracy. In LEVINE, D. H.; MOLINA, J. E (Orgs), *The Quality of Democracy in Latin America*. Lynno Rienner Publishers, 2009.

MALAVAZI, A. *Manual de redação: Secretaria de Comunicação Social*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

MAIA, R. C. M. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 2, p. 303-340, 2009.

MARGETTS, H.; JOHN, P.; ESCHER, T.; REISSFELDER, S. Social information and political participation on the internet: an experiment. *European Political Science Review*, Nov. 2012. P.1-24.

MARQUES, F. P. J. Internet e oportunidade de participação política: um exame dos websites de deputados brasileiros e norte-americanos. *Fronteiras*, v.9, n.3, p 155-166, set/dez 2007.

MOISÉS, J. A. *A Avaliação das Instituições Democráticas e a Qualidade da Democracia no Brasil*. In: *20º Congresso Mundial da IPSA*. Fukuoka, 2006.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova: Revista de Cultura Política*, n. 65, p. 1-10, 2005.

MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Ática, 1995.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 25, nov. 2005 P.11-23.

MIGUEL, Luis Felipe. “Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia”. *Comunicação & Política*, v. 22, n. 3, 2004. P.129-147.

NICOLAS, Maria Alejandra. *Internet e Política: Graus de Representação Política e uso da Internet pelas Elites Parlamentares da América do Sul*. Dissertação. [Mestrado em Sociologia]. Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Curitiba, 2009.

NORRIS, P. *Critical citizens: global support for democratic government*. USA: Oxford University Press, 1999.

_____. [Digital Divide? Civic Engagement, Information Poverty and the Internet Worldwide](#). Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____. *Democratic Deficit – Critical Citizens Revisited*. Cambridge University Press, 2011.

PUHLE, H. J. *Democratic Consolidation and “Defective Democracies”*. In: Conferencia Impartida en la UAM, 2005. Disponível em http://www.uam.es/centros/derecho/politica/investigacio/papers/47_2005.pdf>. Acesso em 25 mar 2009.

PUTNAM, R. P.. *Bowling Alone*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2000.

RENAULT, L. *Comunicação e política nos canais de comunicação do Poder Legislativo no Brasil*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2004.

RODRIGUES, M. R. *Imprensa e Congresso: como a mídia pauta a política*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

RODRIGUES, M. R. *O papel da imprensa na qualidade democrática – uma análise de possibilidades nos principais jornais nacionais*. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política). IESP/UERJ/Cefor, Brasília.

SAMPAIO, R. C. *Esfera civil e eleições 2010: Uma análise de iniciativas online para maior controle civil*. *LOGOS 35* Mediações sonoras. Vol.18, N. 02, 2º. semestre 2011. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/35/19_logos35_tema_livre_sampaio.pdf

SÁEZ, M. A. e MONTERO, M. G. ? *Parlamentos abiertos? Análisis comparado de la probidade y transparencia parlamentaria em América Latina*. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nota Técnica. Abril, 2013. Disponível em: <http://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/5915/IFD-ICS%20NT%20Parlamentos%20abiertos.pdf?sequence=1> Consultado em 05 de abril de 2014.

SANT´ANNA, F. *Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo*. Brasília: Casa das Musas, 2008.

SANTANA DE FREITAS, L. C. *A midiatização do parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar do Senado brasileiro*. Brasília: Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília, 2004. (Dissertação de Mestrado).

SARTORI, G. *A Teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Neutralidade de valor e a ética da responsabilidade. In: COELHO, Maria Francisca P. et al (org). *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília: EdUnB, 2000a, p.55-109.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3a. edição revista e ampliada. São Paulo: Campus, 1988.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EdUSP, 1971.

SILVA, S. P. et al. Publicidade, accountability e participação nos parlamentos online da América Latina: estudo sobre seis países. In: *I Seminário Nacional de Sociologia e Política*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2009.

STANLEY, J.W.; WEARE, C. The effects of internet use and political participation: evidence from an agency online discussion forum. *Administration & Society*, v.36, n.5. Nov. 2004. P.503-527.

THOMPSON, J.B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TUCHMAN, G. Métodos cualitativos en el estudio de las noticias. In: JENSEN, K. B.; JANKOWSKI, N. W. (Org). *Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch Comunicación, 1993.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Lua Nova - O futuro da representação*. São Paulo, n. 67, 2006, p. 191-228.

VIAL SOLAR, T. *Transparencia em los congresos de América Latina y acceso a información*. In: *Memorias del Foro Internacional Transparencia y Apertura Informativa del Poder Legislativo*. Colección Cuadernos de Transparencia, n. 18. Bogotá. Corporación Transparencia por Colombia. Disponível em: <http://www.transparencialegislativa.org/wp-content/uploads/2013/05/Foro-Transparencia-y-Apertura-Informativa-Transparencia-por-Colombia.pdf>. Acessado em abril de 2014.

VICENTE-MERINO, M.R. ‘Websites of Parliamentarians across Europe’. *The Journal of Legislative Studies*, v.13, n.3, 2007. P.441-457.

WARD, S.; LUSOLI, W. ‘From weird to wired’: MPs, the Internet and representative politics in UK. *The Journal of Legislative Studies*, v.11, n.1, Spring 2005. P.57-81.

WARD, S.; LUSOLI, W.; GIBSON, R. “Australian MPs and the Internet: Avoiding the Digital Age?” *The Australian Journal of Public Administration*, v.66, n.2, pp.210-222, 2007.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: EdUnB, 1999.

WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. 4.ed., Lisboa: Editorial Presença, 1995.

ZEMOR, P. *La Communication Publique. Que sais-je?* Paris: PUF, 1995.